

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** ----

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- **Três**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DE DOIS MIL E QUINZE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DE DOIS MIL E QUINZE.-----

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO NÚMERO UM AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA A OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO PAEL. -----

--- **Sete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RESPEITANTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE RELVADOS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO. -----

--- **Oito**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO PLANO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

DE TRANSPORTES ESCOLARES DOIS MIL E DEZASSEIS/ DOIS MIL E DEZASSETE. -----

--- **Nove**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE VIA OU ESPAÇO PÚBLICO – INCENTIVO ÀS ESPLANADAS DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- **Dez**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS. -----

--- **Onze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – CAFETARIA UM E ESPLANADA ADJACENTE SITAS NO JARDIM DA LIBERDADE. -----

--- **Doze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO PLANALTO DE SANTARÉM E A RESPECTIVA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA. -----

--- **Treze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL REFERENTE A EXPLORAÇÃO DE SUINICULTURA, EM NOME DE AGRO-PECUÁRIA VALINHO, SA. -----

--- **Catorze**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL REFERENTE A REGULARIZAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL, EM NOME DE FECALI, LDA.-----

--- **Quinze**–EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 114/XIII (ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (S. SALVADOR), E SANTARÉM (S. NICOLAU), NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. -----

--- **Dezasseis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

SANTARÉM.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, Armando António Leal Rosa, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Dina Maria Gomes Rocha, Diogo António Pereira Lourenço Piedade do Carmo, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Horácio Neto Frade da Silva, João Miguel Tavares Rodrigues, João Piedade Joanaz, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Luís Marques Cabrita, Luís Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Ramiro José Jerónimo Matos, Raquel Inês Marques Fernandes, Renato António Vieira Calado Possante Bento, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e Vítor Manuel de Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Ricardo Jorge Duarte Frazão (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Gançaria) Marcelo Ferreira Morgado (Moçarria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União de Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea), Carlos António Marçal (União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau) e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira).

--- Pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho e Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis.-----

--- Ausências justificadas: -----

--- Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos e Teresa Isabel Duarte da Fonseca Vargas Rodrigo. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Susana Cristina Coelho Pita Soares, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Luís Manuel Sousa Farinha, Celso Ricardo Pimenta Braz, Jorge Luís de Matos de Oliveira, Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes e Paula Alexandra Machado de Sousa Canavarro.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submeteu a discussão e votação a Atas números **Catorze**/dois mil e treze–dois mil e dezassete e **Quinze**/dois mil e treze–dois mil e dezassete, tendo ambas sido **aprovadas por unanimidade**.-----

--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o senhor **Armando Rosa** que se reportou às comemorações do vinte e cinco de abril, regozijando-se com a cerimónia que teve lugar junto do monumento a Salgueiro Maia, felicitando a iniciativa do senhor Presidente da República. Pensa que foi bom para a cidade, para a memória do vinte e cinco de abril e de Salgueiro Maia. No entanto, realçou alguns pontos negativos, como é o local onde as comemorações são feitas e ainda a ausência, quer por parte ou da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal da organização de uma cerimónia oficial para estas comemorações. -----

--- Depois, o senhor **Cássio Leitão** disse a propósito da devolução da estátua de São Francisco, disse que esta solução teria muito mérito se aplicada a outras situações, como é o caso do parque de estacionamento subterrâneo, as obras da Gripe A e demais problemas que afetam a cidade, que, em seu entender, eram bem devolvidos á procedência, sendo a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

lista desses bens a devolver muito extensa. Estranhou que todos os procedimentos que foram feitos através de atos administrativos ilegais, sejam apenas atribuídos ao anterior Executivo PSD - Partido Social Democrata, uma vez que houve procedimentos que foram feitos por um Presidente e outros por outro.-----

--- Colocou novamente a questão relativa á existência ou não de projetos para o campo da feira. Referiu-se ainda ao estacionamento no Choupal, destinado aos autocarros de turismo, onde habitualmente, estacionam autocarros urbanos, questionando se a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e o que pretende fazer para a corrigir. -----

--- A seguir o senhor **Vítor Franco** referiu-se ao Museu de Arte Sacra que já tinha sido galardoado com um prémio, pela Fundação Calouste Gulbenkian e que agora teve novamente a atribuição de um prémio da União Europeia para o Património Cultural, pela reabilitação da Sé Catedral e do Museu Diocesano, estando de parabéns todos os que colaboraram neste projeto, nomeadamente a Diocese de Santarém, o Município de Santarém e a Direção Geral do Património Cultural. -----

--- Visto o grupo parlamentar que representa, não ter tido possibilidade de intervir na cerimónia das comemorações do vinte e cinco de abril, ao contrário do que aconteceu no ano passado, apresentou a seguinte declaração politica:-----

--- “Comemoramos os quarenta e dois anos da Revolução de Abril, quarenta e um anos das primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto e quarenta anos da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa (aprovada a dois de abril de mil novecentos e setenta e seis). -----

--- Neste momento, em que celebro os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, essências da Revolução de Abril, a irrupção da liberdade oprimida e a prática democrática que se lhe seguiu, a eleição da Assembleia Constituinte e um texto constitucional democrático e socialista, convido Sophia de Mello Breyner a fazer-se presente.-----

Sophia, como escreveste no teu poema “25 de Abril”, “*esta é a madrugada que eu esperava / o dia inicial inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio / e livres habitamos a substância do tempo*” (...) foi “Revolução”, “*Como casa limpa / como chão varrido / como porta aberta / Como puro início / Como tempo novo / Sem mancha nem*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

vício”.-----

--- Agora “*Nesta hora*” quando oiço renovarem-se vozes autoritárias, receitando sempre o mal que adoece, mais pobreza que entristece, sempre menos direitos a quem ganha o pão vendendo a força do seu trabalho, negando a razão em favor da financeira especulação, eu, um operário em construção, contesto esta ilusão, quase ditadura, e recordo como dizias: “*O demagogo diz da verdade a metade / E o resto joga com habilidade / Porque pensa que o povo só pensa metade / Porque pensa que o povo não percebe nem sabe*”.-----

--- É por isso, Sophia, que, por vezes, “*Com fúria e raiva, acuso o demagogo / E o seu capitalismo das palavras (...) / Acuso o demagogo / que se promove à sombra da palavra / E da palavra faz poder e jogo / E transforma as palavras em moeda / Como se fez com o trigo e a terra*”.-----

--- E perguntas-nos tu, Sophia, “*Nestes últimos tempos*”, da “*degradação das coisas que a direita pratica? / Que diremos do lixo e do seu luxo – de seu / Viscoso gozo da nata da vida – que diremos / Da sua feroz ganância e fria possessão? / Que diremos da sua sábia e tácita injustiça / Que diremos de seus conluios e negócios / E do utilitário uso dos seus ócios? / (...) Nestes últimos tempos é certo a esquerda muita vez / desfigurou as linhas do seu rosto / Mas que diremos da meticulosa eficaz expedita / Degradação da vida que a direita pratica?*” -----

--- Só sei dizer-te, Sophia, uma única palavra: CIDADANIA!-----

--- É isso que faremos comemorando o próximo primeiro de Maio.” -----

--- De seguida, o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, começou por recordar que se realizou no dia dois de abril, a décima terceira Festa do Vinho, agradecendo a todos aqueles que estiveram presentes. Trata-se de uma festa que a Junta de Freguesia tem desenvolvido nestes últimos anos, para promover o produto nobre de Alcanhões, o que tem sido conseguido, fazendo com que os produtores venham a escoar mais cedo o seu vinho.-----

--- Agradeceu o apoio dado pela Câmara Municipal e simultaneamente renovou o pedido para a edição do próximo ano, por se tratar de um evento que dignifica, não só a freguesia de Alcanhões mas também o concelho de Santarém. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- Solicitou informação do ponto de situação das obras de requalificação do Centro de Saúde, dada a sua urgência.-----

--- Apelou para a Requalificação da Reta do Fairro, que nesta altura do ano é servida por muitos camiões agrícolas e que não tem sido objeto de intervenção ao longo dos anos, encontrando-se presentemente muito degradada.-----

--- Seguidamente, o senhor **Paulo Tiago Santos** realçou a criação da “Encubadora de Artes”, que permite o desenvolvimento de atividades artísticas, não só com artistas de âmbito local mas também internacional, bem como o retorno de pessoas ao Centro Histórico da cidade.-----

--- Deixou também uma referência aos prémios que foram atribuídos ao evento “Verão In Santarém” e ao Festival Nacional de Gastronomia.-----

--- Deu uma palavra de reconhecimento ao Município, por ser o melhor Município do distrito e um dos melhores da região, o que lhe apraz registar e que demonstra que, com uma boa gestão, se consegue ter uma gestão equilibrada e um Município que ganha prémios.-----

--- Depois, o senhor **Joao Tavares Rodrigues** felicitou a Câmara Municipal de Santarém pelo bom exemplo de proximidade a todas as associações e munícipes, não só da cidade de Santarém, mas também do concelho. Referiu-se aos cerca de trinta espaços que a Câmara Municipal tem para ceder, no Centro Comercial Escala 4, a clubes e associações do concelho. Numa altura em que se fala do abandono do Centro Histórico, disse ser como muito orgulho que vê trazer de novo a vida ao Centro Histórico e a revitalização do comércio, com a vinda de novas pessoas a esta cidade.-----

--- A seguir, o senhor **Jose Luis Cabrita** começou por referir, para além do ruído que se verifica na “Rua O” e que em muito perturba os moradores da Quinta do Mergulhão, também o ruído provocado na rua que dá acesso ao centro comercial causa transtornos aos moradores. Trata-se de um ruído não apenas resultante das viaturas ligeiras, mas fundamentalmente um ruído, durante a noite e madrugada, dos camiões que abastecem o centro comercial. Chamou também a atenção do Executivo, para a questão da velocidade na rotunda junto ao Hipermercado E-Leclerc. Trata-se de uma rua que apenas tem uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

passadeira e onde as velocidades que ali se verificam, são muitas vezes, exageradas, colocando em perigo, não só os habitantes mas também os alunos da escola que existe naquele local. Por este motivo, considerou que o Executivo Municipal deve prestar especial atenção a este assunto e tomar as necessárias providencias, não só em relação ao ruído, mas também para que a segurança das crianças seja salvaguardada. -----

--- Saudou a Comissão das Comemorações do vinte e cinco de abril e o Executivo Municipal que mais uma vez mantiveram uma parceria, para que, com dignidade, o vinte e cinco de abril fosse comemorado no concelho, envolvendo, não apenas as associações, mas também as Juntas de Freguesia e as populações das mais diferentes idades, particularmente as crianças, com um conjunto de iniciativas que foram feitas nas escolas.

--- Concluiu, aproveitando o ensejo para tecer algumas considerações relativas ao processo da construção do Crematório em Santarém.-----

--- Seguidamente o senhor **Tiago Preguiça** mencionou, ter sido um motivo de orgulho para Santarém, a visita do senhor Presidente da República, num dia que é tao marcante, não só para Santarém, mas também a nível nacional e ao anúncio da condecoração de uma figura tao importante da nossa sociedade. -----

--- Endereçou algumas questões, nomeadamente, ao facto de se ter recebido a figura máxima do Estado, num local onde se colocaram um conjunto de tapumes, o que demonstra que a Câmara Municipal estará a admitir, que a sua inação politica causa vergonha ao concelho de Santarém. Defendeu que aquele local, não é digno, não só para a estátua que ali foi colocada mas também devido às condições em que o mesmo se encontra.-----

--- Outra situação que abordou, foi referente à estátua de São Francisco e aos procedimentos que antecederam a aquisição daquela estátua. -----

--- Depois, o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias de União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau, deu conhecimento, que a União de Freguesias da cidade de Santarém, em parceria com a Câmara Municipal, deliberou atribuir nomes de ruas de países da CPLP - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, encontrando-se essa proposta já nos serviços de toponímia,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

de forma a agir-se em conformidade. -----

--- Mencionou que irá ser enviado um convite às Embaixadas dos países (Angola, Moçambique, Timor Leste e Guiné-Bissau), para no dia dez de junho, integrado nas festas do Dia de Portugal e de Camões, virem assistir à inauguração de algumas dessas ruas, como forma de serem homenageados, aproveitando o ensejo, para convidar todos a estarem presentes.-----

--- Seguidamente o senhor **Jose Augusto Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, referiu que recentemente foi aprovado a atribuição de uma verba à freguesia de Amiais Baixo, referente a uma despesa do ano de dois mil e sete, questionando para quando está previsto esse pagamento.-----

--- Solicitou que, a curto prazo, seja feita a transferência dos duodécimos para aquela Junta de Freguesia, dada a necessidade de regularizar compromissos com os seus fornecedores. Enalteceu a colaboração de sessenta voluntários da freguesia, que contribuíram, não só, na inauguração do Festival de Carne de Capado mas também para outras obras que tem sido necessárias em Amiais de Baixo. Aproveitou para deixar o convite para visitarem este Festival.-----

--- A seguir a senhora **Maria Helena Vinagre** demonstrou a sua preocupação referente à falta de limpeza em determinadas zonas da cidade, mais concretamente junto à Escola Dr. Ginestal Machado e EDP onde se encontram muitas ervas e lixo. -----

--- Referiu-se ainda à existência, em cima dos passeios, de fezes dos animais, situação que não tem que ver apenas com o civismo dos cidadãos, mas também com a falta de limpeza da cidade.-----

--- Mencionou ainda o estado em que se encontra o pavimento no Largo do Seminário, perguntando se o Executivo tem alguma solução para esta situação.-----

--- Referiu-se à Estrada da Estação e aos problemas de trânsito ali existentes, salientou que aquilo que mais a preocupa é a falta de sinalização horizontal naquele local. -----

--- Deu conhecimento de algumas queixas dos comerciantes da rua Primeiro de Dezembro, pelo encerramento daquela rua ao trânsito, durante o período em que irão decorrer obras no local, solicitando que a Câmara Municipal encontre uma solução alternativa. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- Retomou a palavra, o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador, e S. Nicolau, que aludiu que a União de Freguesias da cidade de Santarém tem tido a preocupação com a limpeza e corte de ervas, tendo sido esta semana iniciado um conjunto de intervenções, com a utilização do corta balsas. -----

--- Depois o senhor **Marcelo Morgado**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, referiu-se à notícia sobre o Crematório que vai avançar no concelho de Almeirim e que, em sua opinião, não devia ser uma obra partidarizada. -----

--- A seguir o senhor **Rui Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, informou que decorreu na passada semana na freguesia de Abrã, a inauguração da ETAR que contempla um investimento muito grande para a sede da freguesia. -----

--- Destacou que, a freguesia e a população agradecem este investimento, que é muito importante, não só em questões ambientais, mas também porque nos dias de hoje, não se justificava que este empreendimento não existisse. -----

--- Salientou ainda, que em todo este processo houve entreaajuda entre a Câmara Municipal de Santarém, a AS - Águas de Santarém, EM SA e a Junta de Freguesia tendo sido um trabalho meritório e pioneiro no concelho, estando os munícipes muito gratos por esta obra. -----

--- Depois o senhor **Joao Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, deu os parabéns pela cerimónia e pela presença do senhor Presidente da República nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril, em Santarém. Agradeceu e destacou a coragem, o arrojo e elevado sentido de oportunidade do senhor Presidente da Câmara Municipal, pela solicitação ao senhor Presidente da República, em reaver o espólio da Escola Prática de Cavalaria que está atualmente em Abrantes e para o apadrinhamento da criação do Museu da Liberdade, nesta cidade. -----

--- Aproveitou para dar os parabéns Empresa das Águas de Santarém por em Almoester já estarem a ser feitas as ligações ao saneamento básico. Contudo, referiu que existem situações ainda por resolver. -----

Voltou a referir o mau estado em que se encontra o pavimento da Estrada Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

quinhentos e catorze-um que liga Guxerre a Arrifana e da Estrada Municipal quinhentos e dezassete, que já motivou um abaixo-assinado o qual foi entregue nesta Assembleia Municipal.-----

--- Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** questionou em que ponto se encontra o projeto do Mercado Municipal, sabendo da necessidade da conservação do edifício e do seu espólio. -----

--- Solicitou informação sobre em que fase se encontra o concurso do procedimento de “Estabilização das barreiras de Santarém”.-----

--- Destacou que no início de janeiro, numa reunião da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo foi referido a existência de um projeto de alargamento do canil Municipal, no sentido de abranger parte dos municípios integrados na Lezíria do Tejo. Assim solicitou esclarecimentos sobre este assunto.-----

--- De seguida a senhora **Maria Alecta Ferreira** felicitou todas as entidades que se envolveram na concretização das comemorações do vinte e cinco de abril, em Santarém, com especial referência para a Câmara Municipal e a Comissão das Comemorações do vinte e cinco de abril. Contudo, considerou que as celebrações deste ano tiveram um cunho diferente daquelas que ocorreram todos os anos e especialmente em dois mil e seis, que assumiram, no seu ponto de vista, um significado diferente. Os grandes valores celebram-se vivendo-os e consolidando-os. Por este motivo, felicitou a Comissão Política da Secção do PSD - Partido Social Democrata, por ter organizado, no dia vinte e três de abril, a I Edição das Conferências da Liberdade. Tratou-se de uma iniciativa que ao longo de um dia, reuniu pessoas qualificadas, relevantes, destacadas e com ideologias diversas. Foram aí debatidos temas como, balanço da democracia, liberdade política, liberdade económica e social e liberdade financeira. -----

--- Destacou ainda que o momento alto das comemorações, foi a homenagem que o senhor Presidente da República veio prestar em Santarém, a Salgueiro Maia.-----

--- A seguir, o senhor **Presidente Camara** disse também congratular-se com a presença do senhor Presidente da República, especialmente pelo motivo que o fez vir a Santarém, homenagear Salgueiro Maia. Foi uma cerimónia simples, mas com muita dignidade e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

a todos encheu de orgulho. Deixou um agradecimento à Comissão Popular do vinte e cinco de abril, em Santarém, que têm sido parceiros incansáveis para que estas comemorações existam. -----

--- Em relação á estátua de São Francisco informou que a situação será resolvida com o escultor, assim como a de outras estátuas para Santarém. -----

--- No que concerne aos procedimentos de contratação que não estiverem bem, conforme já referiu noutras ocasiões, tudo irá ser sanado.-----

--- Quanto ao campo da feira salientou que, na sua visão estratégica, defende um projeto desportivo para aquele local, tendo já tido oportunidade de referir alguns deles, mas que se eternizaram em discussões partidárias. Em relação á Avenida Afonso Henriques informou que a mesma irá ser reestruturada estando-se a diligenciar para uma candidatura a Fundos Comunitários, no sentido de ser construída uma rotunda junto à futura Loja do Cidadão. -----

--- Relativamente ao estacionamento no Choupal, disse ter conhecimento da paragem de autocarros da Rodoviária do Tejo, indo dar nota deste assunto ao senhor Vereador Luís Farinha, para que verifique esta situação.-----

--- Quanto ao prémio atribuído ao Museu Diocesano, mencionou que no próximo mês se deslocará a Espanha para receber este prémio que a todos orgulha e que é a prova que quando todos procuram o mesmo caminho ele é mais fácil de percorrer. A Câmara Municipal, a Diocese de Santarém e a Direção Geral do Património Cultural tiveram a intenção de criar a “Rota das Catedrais”, sendo Santarém percursora nisso. Aproveitou para referir, que a Câmara Municipal conjuntamente com a Diocese estão a tratar para que a Igreja de Santa Iria seja recuperada através dos Fundos Comunitários, o que já foi conseguido.-----

--- Deu os parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, pela Festa do Vinho, que de ano para ano tem melhorado. Deu nota que a Associação de Produtores do Vinho está a desenvolver uma estratégia para que Alcanhões entre no projeto da “Rota das aldeias vinhateiras”, esperando que tal aconteça, porque dará mais visibilidade não só a Alcanhões mas também à Adega Cooperativa, ao próprio vinho e a todos os produtores.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Relativamente ao Centro de Saúde de Alcanhões disse que o projeto está terminado, com as alterações que foram necessárias realizar, estando para ser lançada a empreitada.

--- No que diz respeito à requalificação da Reta do Fairro, informou que existe uma zona que pertence a outras freguesias, mas que todas estas conservações estão previstas na proposta de Conservação Corrente que o Município teve recentemente aprovado pelo Tribunal de Contas. -----

--- Em resposta à questão da Incubadora de Artes disse tratar-se de um projeto audacioso que a todos enche de orgulho e que está a ter impacto, não só na cidade, no concelho e no distrito, mas também a nível nacional, como era esperado. Este projeto irá dinamizar a cidade, o Centro Histórico para que pessoas ousadas pensem Santarém e se atrevam a ser culturalmente diferentes nesta cidade. -----

--- Quanto aos prémios atribuídos aos eventos “In Santarém” e Festival Nacional de Gastronomia referiu que a atribuição dos mesmos a todos enche de orgulho, por serem projetos que foram pensados e estruturados. -----

--- Em relação aos espaços no Centro Comercial Escala Quatro disse ser muito importante para a revitalização do Centro Histórico da cidade. Nele irão ser instalados clubes e associações do concelho e com isso dar vida a um espaço que foi emblemático para Santarém há umas décadas atrás e com isso dar vida à cidade. -----

--- No que concerne ao ruído existente na Rua O, referiu que essa questão já tinha sido colocada pelo senhor Vereador Jorge Oliveira, tendo o Bloco de Esquerda também feito uma Moção sobre essa matéria. Informou que o assunto está ser tratado com os serviços de Trânsito da autarquia, encontrando-se a aguardar também uma reunião com a Direção Regional de Estradas para tratar desta e de outras matérias. -----

--- Agradeceu e saudou também a Comissão das Comemorações do vinte e cinco de abril pelo trabalho que foi feito. -----

--- Salientou que todo o Executivo também tem orgulho na condecoração que irá ser dada, a título póstumo, a Salgueiro Maia, no próximo dia um de junho. Quanto à alteração da localização da estátua, disse que também é defensor dessa mudança. -----

--- Sobre a estátua de São Francisco disse esperar que o processo fique resolvido na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

próxima semana. Aproveitou para explicar os procedimentos que foram feitos relativos a este trabalho.-----

--- Deu os parabéns ao Presidente da União de Freguesias da cidade, pela atribuição de nomes de ruas de países da CPLP - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa congratulando-se por isso e pelo convite que será extensível às embaixadas, estando a Câmara Municipal disponível para se associar a estas inaugurações.-----

--- Relembrou que nesse dia dez de junho se encontra a decorrer a Feira Nacional de Agricultura devendo ser dada a conhecer a essas Embaixadas.-----

--- Em relação aos pagamentos às Junta de Freguesia disse que os mesmos estão em dia. No caso concreto da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo salientou que se forem feitos todos os pagamentos, esta Junta de Freguesia ficará a dever dinheiro à Câmara Municipal de Santarém. Percebe as dificuldades que esta Junta de Freguesia está a atravessar, mas referiu haver uma questão de equidade com todas as Junta de Freguesia. -----

--- Quanto à questão da limpeza das ruas, disse esperar que no início de junho estejam a trabalhar mais dois gluttons, um na zona de São Domingos e outro na zona do Sacapeito. No que concerne ao Largo do Seminário voltou a referir que irá ser feita uma intervenção quando terminar o evento “Verão In Santarém”. Tratam-se de obras de correção a erros de projeto que aconteceram e que levaram a trabalhos a mais e a pagar para regularizar uma série de incorreções. -----

--- Deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, pela inauguração da ETAR. -----

--- Quanto à criação do Museu da Liberdade e a vinda do espólio da Escola Prática de Cavalaria para Santarém, referiu que o senhor Presidente da República ficou bastante sensibilizado com o assunto.-----

--- Em relação à questão dos pavimentos, informou que estão a ser feitas reuniões com a AS - Águas de Santarém, EM SA e as Juntas de Freguesia para verificar o que ficou degradado por via da intervenção daquela empresa e o que está abrangido pela conservação Corrente.-----

--- No que diz respeito ao Mercado Municipal disse que está a ser revisto o projeto e a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

- ultimar para que o mesmo seja candidatado aos Fundos Comunitários. -----
- Em relação à obra de estabilização das barreiras de Santarém, deu conhecimento que a abertura de propostas terá lugar no dia três de maio. -----
- Quanto ao projeto da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo para o projeto de alargamento do canil Municipal, confirmou que essa proposta existe, uma vez que existem alguns municípios associados, que não têm canil nem gatil, de ser feito em Santarém um canil intermunicipal. -----
- Associou-se às palavras proferidas pela senhora deputada Aleta Ferreira no que diz respeito às comemorações do vinte e cinco de abril, bem como à I Edição das Conferências da Liberdade. -----
- Após alguma troca de impressões foi dado por concluído o Período de Antes da Ordem o Dia”, dando-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----
- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que solicitou esclarecimento em relação à abertura da Loja do Cidadão. -----
- Reportou-se à informação do senhor Vereador Luís Farinha perguntando quais as obras que estão previstas para as cafetarias e Convento de São Francisco. -----
- Salientou que em relação ao centro histórico apenas vem mencionada uma reunião.--
- Teceu algumas considerações relativamente ao relatório do senhor Presidente da Câmara, querendo saber se já estão previstas algumas candidaturas aos quadros comunitários e qual o objetivo das mesmas. -----
- Perguntou qual o ponto de situação da alteração dos estatutos da Resitejo. -----
- Solicitou informação sobre a realização de uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças sobre a Escola Prática de Cavalaria. -----
- Solicitou também esclarecimentos acerca do resultado das reuniões havidas sobre a estrada nacional trezentos e sessenta e dois e a estrada nacional cento e catorze. -----
- Salientou que na informação da Divisão Jurídica não vem mencionado qual a sentença

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

proferida, pelo gostaria que no futuro esta informação fosse disponibilizada. -----

--- Referiu-se ao processo relativo ao estacionamento constatando que existe um conjunto de empresas todas com o mesmo objetivo que é reclamar da autarquia pagamentos relativos ao contrato celebrado para a construção parque subterrâneo e do Jardim da Liberdade. Sublinhou que a empresa Abispark está a reclamar pagamentos respeitante a obras a mais com a construção do parque de estacionamento quando, no seu entender, a reclamação apenas deveria incidir sobre a exploração do estacionamento subterrâneo e à superfície. -----

--- Depois o senhor **Armando Rosa** quis saber qual o tratamento dado pelo Município de Santarém a uma recomendação desta Assembleia no seguimento de uma petição sobre o Coreto do Jardim da República. -----

--- Solicitou esclarecimentos acerca da colocação da sinalética na cidade de Santarém. --

--- Aludiu a disponibilização do edifício do antigo centro comercial para associações e clubes do concelho, aproveitando para perguntar qual o destino dos edifícios junto às antigas piscinas e às escolas do Jardim de Cima e de Ponte Celeiro. -----

--- Referiu que gostaria de obter informação sobre os critérios para utilização de espaços na antiga Escola Pática de Cavalaria, sublinhando que o Mais Santarém apresentou um requerimento sobre esta matéria não tendo ainda obtido resposta. -----

--- A seguir, o senhor **Vítor Franco** referiu que continua a aguardar informação sobre o Rio Maior, bem como relativamente à nomeação do Mediador Cigano. -----

--- Referiu que ainda não lhe foi remetido o projeto de Estatutos da Resitejo. -----

--- Aludiu ao problema quer do estacionamento para autocarros de turismo quer da estrada da estação, recordando que o Bloco de Esquerda apresentou duas moções sobre esta matérias as quais foram chumbadas. -----

--- Destacou ter havido problemas de acessibilidade às mesas de voto, nas últimas eleições, no Ginásio do Seminário, realçando que o Bloco de Esquerda também apresentou uma recomendação sobre este assunto que foi rejeitada. -----

--- De seguida o senhor **Luís Batista** questionou se as obras da estrada nacional trezentos e sessenta e dois vão avançar em dois mil e dezassete e alertou para a necessidade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

limpeza das bermas desta estrada. -----
--- Perguntou se existe alguma novidade em relação ao Teatro Rosa Damasceno.-----
--- Depois o senhor **Tiago Preguiça** quis saber qual o ponto de situação relativamente a alteração do regimento dos bombeiros municipais para sapadores.-----
--- Referiu-se ao centro de histórico salientando que gostaria de obter informação sobre a atividade do balcão de atendimento para desenvolvimento e dinamismo deste local. ----
--- Questionou sobre a data de abertura da loja do cidadão. -----
--- Disse que gostaria de ser esclarecido em relação à estátua do São Francisco. -----
--- Seguidamente, o senhor **Joaquim Neto** referiu que o Plano Diretor Municipal (PDM) atualmente em vigor foi elaborado no início dos anos noventa, tendo sido aprovado e publicado em mil novecentos e noventa e quatro, ano em que iniciou funções como Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, durante os dois mandatos enquanto Presidente de Junta, diariamente era confrontado com protestos e um sem número de restrições provocadas pelo PDM. O mesmo se passava com os seus colegas presidentes de Junta de então. Se muitas dessas restrições eventualmente se justificavam, outras existiam devido a erros, designadamente os decorrentes de mapas cartográficos desatualizados. --
--- Nos quatro anos como vereador essas queixas dos munícipes multiplicaram-se tantas vezes quantas as freguesias do nosso concelho. -----
--- Realçou que uma das grandes queixas que se faziam ouvir era de que as populações e as próprias Juntas e Assembleias de Freguesia não tinham sido devidamente consultadas, nomeadamente quanto às questões de ordenamento territorial e em particular as relacionadas com a delimitação dos perímetros urbanos. -----
--- Disse ser sabido que são grandes as expectativas das populações quanto ao novo PDM. De facto não existe povoação do concelho que não tenha um habitante que esteja convicto de que, com o novo PDM, já pode construir a ambicionada moradia ou indústria no seu terreno.-----
--- Frisou que sabem os senhores Presidente e Vereador da Câmara, porventura sabemos todos nós nesta Assembleia, que não vai ser bem assim. Já seria difícil que assim fosse, mas a legislação atualmente em vigor dificulta ainda mais a concretização de muitas dessas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

expectativas dos munícipes. -----

--- Assim, de modo a ser o mais transparente possível e a promover uma maior participação por parte das populações, referiu que o Partido Socialista considera ser fundamental que: -----

--- Um – Sejam ouvidas as populações de uma forma mais proactiva, pelo que se recomenda vivamente ao executivo municipal que, em articulação com as Juntas de Freguesia, publicite o modelo territorial junto das populações, antes do seu envio à CCDR, designadamente no que se refere aos perímetros e rurais. -----

--- Dois – Na sessão da Assembleia Municipal do próximo mês de Junho, consta da ordem de trabalhos um ponto específico denominado “Revisão do Plano Diretor Municipal: apresentação da proposta de modelo territorial. -----

--- A seguir, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, informou relativamente às acessibilidades às mesas de voto que estão previstas situações anómalas pela Comissão Nacional de Eleições que permite aos eleitores votarem fora das camaras de voto. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu em relação à abertura da Loja do Cidadão que tem avançado com datas previsíveis, sublinhando que o protocolo com a Agencia para a Modernização Administrativa está em fase de conclusão.-----

--- Informou que não existe qualquer problema de segurança em relação ao Convento de S. Francisco. -----

--- Referiu que o Município tem em andamento uma série de candidaturas para o centro histórico, realçando que está em curso uma iniciativa denominada “Centro Histórico sem beatas”, apelando aos fumadores que evitem deitar beatas para o chão. -----

--- Quanto aos estatutos da Resitejo o Município de Santarém já fez a sua parte estando a guardar a tramitação por parte de outros municípios, acrescentando que os estatutos podem ser obtidos através do site desta empresa. -----

--- Adiantou que a reunião com o senhor Secretário de Estado do Tesouro prendeu-se com a renegociação da Escola Prática de Cavalaria e do Presídio, tendo sido apresentada uma proposta para que o Município adquira estes dois espaços pelo valor de dezasseis milhões

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

- de euros. -----
- Aludiu que a reunião com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas Rodoviárias teve a ver com a requalificação da estrada nacional trezentos e sessenta e dois, acrescentando que a Câmara defende uma requalificação daquela estrada com uma correção ao traçado e não apenas a repavimentação do mesmo. -----
- No que concerne à estrada nacional cento e catorze referiu que a Câmara vinha fazendo reuniões de monitorização das barreiras com o Ministério do Ambiente, adiantando que como atual governo esta acompanhamento irá ser efetuado com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas. -----
- Referiu que o arranjo do coreto do Jardim da República está a ser equacionado e lamentou que nunca tenha ouvido a oposição mencionar que este espaço foi classificado como o prémio de melhor jardim de dois mil e dez. -----
- Deu conta de que a segunda fase de colocação da sinalética irá ter início na próxima semana. -----
- No tocante à acessibilidade às mesas de voto referiu que a plataforma avariou no dia das eleições tendo os problemas sido resolvido pelo senhor Presidente da Junta. -----
- Teceu algumas considerações relativamente ao Teatro Rosa Damasceno considerando que há cerca de quinze anos se perdeu uma oportunidade para aquele imóvel, adiantando que o Município está a analisar a possibilidade de fazer uma permuta deste edifício, contudo não é processo fácil. -----
- Relativamente à estátua de S. Francisco confirmou o que disse na altura sobre esta meteria. -----
- Quanto aos Bombeiros Municipais de Santarém aludiu que tem havido reuniões com o sindicato de modo a levar a cabo a alteração do estatuto de bombeiros para sapadores. --
- A seguir o senhor **Vereador Luís Farinha** prestou esclarecimentos em relação ao Plano Diretor Municipal, referindo que o Município tem vindo a reunir com as Juntas de Freguesias de modo a recolher o máximo de contributos e dar conta dos constrangimentos que decorrem da lei. -----
- Após alguma troca de impressões foi dado por concluída a apreciação deste Ponto que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

não carece de votação.-----

--- PONTO DOIS – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

---Pela Câmara Municipal de Santarém foi presente o Relatório em epígrafe para apreciação. -----

--- Não houve intervenções sobre o documento em apreço que não carece de votação. ---

--- PONTO TRÊS – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DE DOIS MIL E QUINZE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quinze/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PS, voto contra do senhor Vereador da CDU e votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD, em dezoito de abril de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação do **Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de dois mil e quinze da Câmara Municipal de Santarém**, nos termos da alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco, e alínea i) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que proferiu a seguinte intervenção: “Não colocamos em causa os números das contas e o balanço social apresentadas pois, baseados no princípio da boa-fé, tendo em consideração que existe assimetria no acesso à informação resultante da diferença das funções e das responsabilidades, queremos acreditar que os números estão certos e que, as contas, foram elaboradas de forma coerente e transparente. -----

--- Os técnicos e demais trabalhadores do Município, saudamos pois têm uma tarefa que não é seguramente fácil, ainda por cima num Município, importa recordar, que o PSD, ao contrário do prometido para chegar ao poder, conduziu para uma situação de endividamento que ultrapassou o admissível. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Mas, no entender da CDU, sendo os documentos técnicos, eles têm uma leitura política pois refletem as políticas e a gestão realizada pelo PSD no Executivo Municipal de Santarém.-----

--- A leitura política que a CDU faz das contas apresentadas é que a maioria do PSD continua sem qualquer estratégia que retire o município de Santarém da crise em que tem vivido como consequência das políticas implementadas, durante anos pelo PS, agravadas, nos últimos quase onze anos, pelo PSD.-----

--- À incapacidade do PSD de gerir o Município, conciliando o pagamento da dívida com a satisfação das necessidades mínimas dos Cidadãos e das Empresas do concelho, isto para já não falarmos de desenvolvimento, não podemos deixar de juntar as políticas governamentais, sobretudo as políticas do PSD/CDS que governaram o País nos últimos 4 anos, apostados em liquidar e em criar dificuldades ao Poder Local Democrático, retirando-lhe poderes e meios.-----

--- Na apresentação dos documentos o senhor Presidente da Câmara Municipal, realça:

--- “-Que as taxas de execução orçamental de dois mil e quinze revelem-se como as mais elevadas do Município desde dois mil e doze;-----

--- -Que a receita total cobrada apresenta uma taxa de execução de noventa por cento; --

--- -Os pagamentos tiveram uma taxa de execução de oitenta por cento.”-----

--- As taxas de execução apresentadas e realçadas pelo senhor Presidente da Câmara resultam mais das imposições legais do que da capacidade de gestão demonstrada pelo PSD.-----

--- A proibição legal de inflacionar as receitas com a venda de terrenos e imóveis que nunca eram vendidos, transitando de ano para ano nos orçamentos, alguns dos quais, como aconteceu nos mandatos do PSD, nem sequer ainda eram propriedade da Câmara Municipal, como o Convento da Donas, a Carreira de Tiro, a urbanização e venda de parte ou da totalidade dos terrenos da EPC ou a prometida Casa dos Sabores, já eram apresentadas como receitas nos orçamentos, leva-nos a concluir que os resultados apresentados, em termos de receitas e despesas e, por consequência, de execução orçamental, não refletem uma melhoria da gestão Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- Se tivermos presente que o PPI apresenta uma taxa de execução de quarenta e dois vírgula cinco por cento facilmente concluímos que, em termos de desenvolvimento, o executado pelo PSD no Executivo Municipal mais não foi do que concluir obras iniciadas há anos, a maioria delas, se não todas, com apoio de fundos comunitários. -----

--- As contas apresentados pelo PSD no Executivo Municipal, mas sobretudo o que vemos no concelho, levam-nos a partilhar da opinião do senhor Presidente da Câmara Municipal de que Santarém está diferente. Mas está diferente para pior. Não conseguimos vislumbrar o início do caminho da recuperação e muito menos o do crescimento. -----

--- A única coisa que vislumbramos da politica do PSD no Executivo Municipal, primeiro liderado por Moita Flores e agora por Ricardo Gonçalves, é um conjunto de trapalhadas criadas como a compra da EPC e outro património do Estado, as obras na EPC para fazer frente à gripe da aves, as obras no Campo Emílio Infante da Câmara para as comemorações do dez de Junho, o estacionamento à superfície e subterrâneo, a criação do jardim da liberdade, a praia fluvial ... isto para falarmos apenas de algumas. -----

--- A estas trapalhadas não podemos deixar de juntar o agravamento das condições de vida dos Cidadãos que no concelho de Santarém vivem e trabalham e das empresas, primeiro duplicando a dívida herdada do PS e agora, centrando toda a sua atenção e receitas do município, no seu pagamento e, queremos acreditar, na resolução das trapalhadas, que, pelos vistos, continuam longe de estar resolvidas. -----

--- Na sua apresentação dos documentos refere ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal que: “Assumimos claramente o nosso compromisso de cuidar de Santarém.” Aquilo que vislumbramos é o inverso. O PSD e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, têm demonstrado uma total incapacidade, não apenas de gerir o Município, mas também de cuidar e desenvolver o concelho de Santarém. -----

--- A degradação do património municipal; a degradação das condições de trabalho de quem exerce a sua atividade profissional na Câmara; a degradação das condições de vida de quem vive e trabalha no concelho de Santarém; a degradação da cidade de que são exemplo mais flagrante a higiene e limpeza, a desertificação e o ruir do centro histórico; a degradação dos lugares, das aldeias e das vilas do concelho de Santarém e sobretudo das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

condições de vida daqueles que resistem a neles e nelas viverem e trabalharem, são por demais evidentes, agravando-se a cada dia que passa. -----

--- Os números das contas apresentadas assim o evidenciam. -----

--- A degradação da gestão municipal pode aferir-se com o aumento da aquisição de serviços externos, mas igualmente com os valores avultados das dívidas de cobrança duvidosa, onde sobressaem, apenas para citar algumas, as dívidas de resíduos sólidos, as dívidas de habitação e as do mercado quinzenal. -----

--- Tal como os números da receita proveniente da derrama, mas também as receitas resultantes dos impostos indiretos, nomeadamente as provenientes de loteamentos e obras, ocupação da via pública e publicidade, que é aquela que evidência o estado da economia e que, em dois mil e quinze, registaram uma diminuição, demonstram igualmente a degradação das condições das empresas e dos cidadãos. -----

--- Na leitura que fazemos das contas apresentadas, o futuro, ao contrário do que refere o senhor Presidente da Câmara, não se apresenta nada risonho. -----

--- Os compromissos plurianuais do Município de Santarém, em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, totalizavam noventa milhões seiscentos e setenta mil oitocentos e vinte e sete euros e oitenta e dois cêntimos (90.670.827,82€). -----

--- Se tivermos presente que os recebimentos em atraso totalizavam os três milhões setecentos e setenta e quatro mil quinhentos e sessenta e cinco euros e sessenta e três cêntimos (3.774.565,63€), sendo muitos deles dos anos de dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e dois mil e cinco e dois mil e seis, havendo até valores a receber de mil novecentos e noventa e seis, facilmente se pode concluir que, regularizadas as contas respeitantes a estes valores, muitas porque, como se tem constatado pelas propostas apresentadas em reuniões de Câmara, não são devidos, outros porque já prescreveram, o ativo da Câmara Municipal é substancialmente inferior ao que as contas nos apresentam. Não podemos deixar de fazer uma referência aos pagamentos em atraso pelo facto de constatarmos que, apesar do saneamento financeiro e do PAEL, ainda existem dívidas de dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete e dois mil e oito por pagar. -----

--- Mantemos a nossa concordância com a opinião do ROC, constante no ponto oito. quatro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

da certificação legal das contas que, o total das dívidas a instituições financeiras é de cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e oito mil e cinquenta e cinco euros (55.398.055,00€) porque, em dois mil e seis, o Município celebrou com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de cessão de créditos sobre rendas futuras devidas pela EDP Distribuição e que, nos termos das normas contabilísticas, estamos perante um mútuo bancário garantido por estas receitas pelo que deveria ter sido registado na rúbrica de dívidas a instituições financeiras e não na rúbrica de proveitos diferidos. -----

--- Na síntese das reconciliações bancárias verificamos que, as divergências de dois mil e catorze se agravaram em dois mil e quinze pois os saldos bancários totalizam quatro milhões quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e sessenta e três euros e sessenta e três centimos (4.527.563,63€) sendo os saldos contabilísticos de cinco milhões trezentos e quarenta e dois mil e cinquenta e quatro euros e trinta e três centimos (5.342.054,33€), ou seja, uma diferença de oitocentos e catorze mil quatrocentos e noventa euros e setenta centimos (814.490,70€), sendo que, em dois mil e catorze, esta diferença era de quatrocentos e oitenta e três mil setecentos e oitenta e oito euros e dezanove centimos (483.788,19€), ou seja, quase que duplicou. Apenas para uma diferença de dois mil duzentos e cinquenta e dois euros e trinta centimos (2.252,30€) foi encontrada justificação. A maior divergência regista-se na conta da CGD, sendo a diferença entre o valor constante na contabilidade e o valor registado no banco de setecentos e sete mil duzentos e cinquenta e seis euros e quarenta centimos (707.256,40€).-----

--- Não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza para a ausência de justificação para tão elevados valores.-----

--- Finalmente, e em relação ao balanço social, salientamos alguns indicadores. Pela positiva continuamos a registar um crescimento a nível da habilitação dos trabalhadores principalmente das trabalhadoras pelo que o crescimento no feminino continua. Como positivo ainda o crescimento no número de trabalhadores portadores de deficiência. O pessoal com menos habilitações continua a diminuir o que confirma que alguns serviços que exigem menos qualificações e estão mais diretamente relacionados com o bem-estar das populações – higiene e limpeza, por exemplo – continuam a degradar-se. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- Como negativo, registamos a continuação da diminuição do tempo de formação, assim como a continuação do decréscimo na produtividade, aliado ao aumento da taxa de sinistralidade. -----

--- Esta intervenção constitui declaração de voto contra os documentos apresentados, solicitando, para os efeitos do disposto no artigo trinta e cinco do Código do Procedimento Administrativo e artigo cinquenta e oito, número três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, o registo na ata.” -----

--- A seguir o senhor **Vítor Franco** começou por criticar a forma como os documentos provenientes da Câmara são apresentados, referindo que o extrato da ata da proposta em apreço nada refere em relação às intervenções na reunião do executivo municipal. -----

--- Realçou que é conhecida a posição do Bloco de Esquerda relativa ao orçamento e às contas do município de Santarém que tem como matriz o PAEL e o Plano de Saneamento Financeiro. -----

--- Considerou que a atual situação da autarquia é da responsabilidade do PSD, referindo que o senhor Presidente da Câmara nunca refere a sua passagem pelos executivos de Moita Flores.-----

--- Destacou que foi o executivo do PSD que aceito a delegação de competências na área da educação, recordando a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Santarém ao então Primeiro Ministro José Sócrates.-----

--- Concluiu, referindo que o Bloco de Esquerda se orgulha cada vez mais da posição tomada em relação ao PAEL, e que continua a opor-se à política de sobrecarga das populações com mais austeridade.-----

--- De seguida, o senhor **Renato Bento** referiu a baixa taxa de execução orçamental, considerando que o documento em apreço revela a falta de estratégia e orientação política onde o investimento foi muito baixo, pelo que o Partido Socialista se irá abster na votação desta proposta.-----

--- Seguidamente, o senhor **Manuel João Frazão** afirmou que a bancada do PSD congratula-se com o resultado positivo do exercício de dois mil e quinze, realçando a diminuição da dívida em cinco vírgula seis milhões de euros em relação a dois mil e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

catorze.-----

--- Realçou que a taxa de execução foi de oitenta e nove vírgula dois por cento o que é demonstrativo do rigor.-----

--- Salientou o Município vive hoje uma situação financeira muito mais desafogada, destacando que o executivo municipal tem os duodécimos às juntas de freguesia em dia.

--- Discordou de parte da intervenção do senhor deputado José Luís Cabrita quando fala em trapalhadas. -----

--- Referiu que o executivo municipal dispõe de capacidade financeira para aceder aos fundos comunitários no âmbito do programa Vinte – Vinte, caso as candidaturas venham a ser lançadas pelo atual governo do PS.-----

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** para clarificar algumas questões relativas à sua anterior intervenção. -----

--- Depois, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, referiu que as motivações que levaram à atribuição da medalha de Ouro da Cidade a José Sócrates prenderam-se com a entrega do Convento de São Francisco à Câmara Municipal de Santarém, ao apoio à criação da Fundação da Liberdade e com a compra das instalações da antiga Escola Prática de Cavalaria.-----

--- Seguidamente o senhor **Tiago Preguiça** recordou que o PS já não é poder na Câmara desde dois mil e cinco, pelo que a dívida é da total responsabilidade do PSD.-----

--- Depois o senhor **Ricardo Frazão**, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Gançaria, salientou que o executivo herdou uma dívida que tem de ser paga, pelo que no seu entender é necessário arranjar soluções para esses problemas.-----

--- A seguir o senhor **Ramiro Matos** referiu relativamente à dívida que seria bom que cada vez que entra um novo executivo houvesse orçamento zero, concordando com aquilo que foi dito pelo anterior orador.-----

--- Realçou o esforço do executivo municipal na consolidação das contas do município, considerando importante que a Câmara tenha capacidade financeira para se candidatar aos fundos comunitários no âmbito do programa Vinte – Vinte.-----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** teceu algumas considerações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

relativamente ao documento em apreço, referindo que o mesmo demonstra uma clara consolidação das contas o que permite olhar para o Quadro Comunitário Vinte-Vinte com otimismo. Realçou terem sido criadas de forma sustentável condições para poder iniciar os investimentos estruturantes que o concelho necessita, apoiados pelo novo quadro comunitário, designadamente a consolidação das encostas de Santarém, os investimentos nas escolas e espaços públicos, a conservação de estradas, entre outros. -----

--- Considerou que com este caminho irá poder baixar os impostos antes do previsto, sublinhando que a dívida do Município baixou cerca de sete milhões de euros.-----

--- Salientou que o ativo passou de noventa e três milhões de euros em dois mil e cinco, para duzentos e cinquenta e três milhões de euros atualmente, referindo haver alguma confusão entre aquilo que é o passivo e a dívida.-----

--- Clarificou que os pagamentos em atraso resulta de montantes reclamados judicialmente e que só poderão ser regularizados quando houver acordo entre as partes ou uma decisão judicial. -----

--- Prosseguiu tecendo algumas considerações relativamente à taxa de execução orçamental, referindo ter havido um rigoroso cumprimento na execução do PAEL.-----

--- Disse que oitenta e cinco por cento dos impostos pagos pelos munícipes são para o Estado, sendo que apenas quinze por cento revertem a favor das autarquias. -----

--- No tocante às opções políticas, sublinhou que era importante fazer a consolidação das contas do Município de modo a se poder começar a investir sustentadamente com fundos comunitários. -----

--- Afirmou que a Lei das Finanças Locais não esta a ser cumprida, adiantando que cerca de quatrocentos milhões de euros ficam retidos nos cofres do Estado não sendo distribuídos pelas autarquias.-----

--- Concluiu, referindo que a Prestação de Contas em apreço reflete uma realidade clara do Município de Santarém, salientando que o executivo está a estudar a substituição da dívida à banca de acordo com o previsto no Orçamento de Estado de dois mil e dezasseis.

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

Social de dois mil e quinze da Câmara Municipal de Santarém, nos termos da alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **apreciar favoravelmente**, com vinte votos a favor, quatro votos contra e oito abstenções.-----

--- O senhor **José Luís Cabrita (CDU)** informou que a sua intervenção constitui Declaração de Voto. -----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezassete/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento do deliberado, por unanimidade, na reunião do Executivo Municipal, realizada em dezoito de abril de dois mil e dezasseis, e em conformidade com o estabelecido no ponto número dois.sete.três do Decreto-lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro (POCAL), cabe-me propor à Exm.^a Assembleia que: -----

--- O resultado líquido de quatro milhões seiscentos e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta euros e dezassete cêntimos seja transferido para a conta cinquenta e nove – Resultados Transitados (ponto dois.sete.três.dois do POCAL); -----

--- Deste montante proceder-se-á ao reforço da conta quinhentos e setenta e um – Reservas Legais, no valor de duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos)”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de dois mil e quinze**, nos termos do estabelecido no ponto número dois.sete.três.um, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro (POCAL), tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE REVISÃO NÚMERO UM AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dez/dois mil e dezasseis: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PS e votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD e da CDU, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da **Proposta de Revisão número um ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e dezasseis**, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, conjugado com a alínea c) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Luís Batista** salientando que apenas trinta por cento do saldo é canalizado para despesas de capital, enaltecendo o reforço das verbas para as Juntas de Freguesia e instituições sem fins lucrativos. -----

--- Depois o senhor **José Luís Cabrita** interveio referindo que a proposta em apreço não lhe oferece qualquer discordância pelo que a sua bancada iria votar favoravelmente. -----

--- A seguir o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que a verba para instituições sem fins lucrativos se destina para Alcanhões, Arneiro das Milhariças, Romeira e Santos. ----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão número um ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e dezasseis**, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA RELATIVA A OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE DESPESAS**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número catorze/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento do deliberado, por unanimidade, na reunião do Executivo Municipal, realizada em dezoito de abril de dois mil e dezasseis, e em conformidade com o estabelecido na alínea a) do número um do artigo dez da Lei número quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a aprovação das seguintes despesas descritas na informação número quarenta e um, de doze de abril de dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

mil e dezasseis, da Divisão de Finanças, que se anexa:-----
--- Concurso público número um/dois mil e dezasseis/CCE, para aquisição de refeições escolares para os anos letivos dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete e dois mil e dezassete/dois mil e dezoito – Central de Compras Eletrónicas da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelo valor de um milhão trezentos e oito mil quinhentos e trinta euros e quarenta cêntimos mais Imposto sobre o Valor Acrescentado; -----
--- Plano de transportes escolares – ano letivo dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete – Transporte em carreiras públicas, pelo valor de setecentos e cinquenta e seis mil novecentos e dezasseis euros; -----
--- Projeto global de estabilização das encostas de Santarém – primeira fase, pelo valor de quatro milhões quatrocentos e sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e dois euros mais Imposto sobre o Valor Acrescentado”. -----
--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta relativa a obrigações decorrentes do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Autorização Prévia de despesas**, nos termos da alínea a) do número um do artigo dez da Lei número quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RESPEITANTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE RELVADOS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO.** -----
--- Pela Câmara foi presente a proposta número doze/dois mil e dezasseis:-----
--- “Em cumprimento da deliberação camarária, tomada por unanimidade na reunião de dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que delibere conceder autorização prévia para repartição de encargos pelos anos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

económicos de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, relativo ao concurso público para aquisição de serviços de manutenção de relvados sintéticos, a desencadear no âmbito da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com os fundamentos expostos na informação número sessenta e três, de vinte e um do mês findo, da Divisão de Finanças, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de repartição de encargos relativa ao concurso público para aquisição de serviços de manutenção de relvados sintéticos, a desencadear no âmbito da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVA AO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DOIS MIL E DEZASSEIS/DOIS MIL E DEZASSETE** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezanove/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de vinte e um de março de dois mil e dezassete, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, que delibere conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, relativa ao Plano de Transportes Escolares dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete, com os fundamentos expostos na informação número vinte e quatro, de dez de fevereiro de dois mil e dezasseis, da Divisão de Educação e Juventude”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, relativa ao Plano de Transportes Escolares dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete**,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- PUNTO NOVE – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DE VIA OU ESPAÇO PÚBLICO – INCENTIVO ÀS ESPLANADAS DOIS MIL E SEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezoito/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária, tomada por unanimidade em dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia que, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e do número dois do artigo dezasseis ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze de três de setembro, delibere aprovar a proposta de suspensão do pagamento das taxas de ocupação de via ou espaço público previstas no artigo vinte e três, número quatro, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas, a vigorar entre um de junho e trinta de setembro de dois mil e dezasseis, com base nos fundamentos expressos na informação número dezoito, de catorze de abril de dois mil e dezasseis, da senhora Vereadora Susana Pita Soares, que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de suspensão do pagamento das taxas de ocupação de via ou espaço público – Incentivo às Esplanadas dois mil e seis**, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- PUNTO DEZ – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS.-

--- Pela Câmara foi presente a proposta número onze/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista e cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e da CDU – Coligação Democrática Unitária, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a concessão de apoios financeiros às freguesias constantes da proposta número

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

quarenta e dois–P/dois mil e dezasseis, que se anexa, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias**, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- **PONTO ONZE – PROPOSTA DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – CAFETARIA UM E ESPLANADA ADJACENTE SITAS NO JARDIM DA LIBERDADE.**

--- Pela Câmara foi presente a proposta número onze/dois mil e dezasseis:

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada por unanimidade em dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, delibere autorizar a Câmara a celebrar o “**Contrato de Concessão de Uso Privativo de Bem do Domínio Público – Cafeteria Um e Esplanada Adjacente, sitas no Jardim da Liberdade**” e fixar as respetivas condições gerais, em conformidade com o projeto de caderno de encargos que se anexa”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de escolha do procedimento de hasta pública para contrato de concessão de uso privativo de bem do domínio público – cafeteria um e esplanada adjacente sitas no Jardim da Liberdade**, nos termos da alínea p) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.

--- **PONTO DOZE – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO PLANALTO DE SANTARÉM E A RESPETIVA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA.**

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezasseis/dois mil e dezasseis:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de abril de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com cinco abstenções dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista e da CDU – Coligação Democrática Unitária e quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata, tenho a honra de propor que essa Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) e r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na redação que lhe foi conferida pela Lei número trinta e dois/ dois mil e doze, de catorze de agosto e do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprove: -----

--- Um. A aprovação da Área de Reabilitação Urbana do Planalto de Santarém nos termos dos artigos sete e catorze do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na redação que lhe foi conferida pela Lei número trinta e dois/dois mil e doze, de catorze de agosto; -----

--- Dois. A aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Plano de Santarém, enquanto Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, nos termos dos artigos trinta e três e seguintes do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei número trinta e dois/dois mil e doze, de catorze de agosto; -----

--- Três. A constituição do Município de Santarém como entidade gestora da operação de reabilitação urbana na área referida no número um, nos termos do artigo décimo do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro. -----

--- Quatro. A atribuição, nos termos do artigo dezassete do Decreto-Lei número trezentos e sete/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei número trinta e dois/dois mil e doze, de catorze de agosto, dos benefícios fiscais em sede de impostos municipais, constantes do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na Áreas de Reabilitação Urbana referidas no número um”. -----

--- O senhor **Armando Rosa** proferiu a seguinte intervenção que considerou Declaração de Voto: “O movimento independente de cidadãos Mais Santarém, vota contra a proposta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) e a respectiva operação de reabilitação urbana, porque, para além de não concordarmos com o trabalho de análise na delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU), que foi feito sem qualquer base histórica e documental, como já foi por nós demonstrado e declarado na Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e quinze, existem outros fatores importantes a saber:-----

--- Primeiro – Não concordamos com o modo como foi colocado em discussão pública um documento tão importante como este, que pretende ser uma determinação estratégica para um período de quinze anos (até dois mil e trinta). Não se entende que a sua discussão não tivesse sido dinamizada de modo a que, verdadeiras discussões e recolha de contributos das mais variadas forças políticas e cívicas, pudesse ter tido lugar. Em vez disso, optou-se por pôr o futuro urbano do concelho em discussão pública pela calada das férias de verão, entre dezoito de Agosto e catorze de setembro. Relembramos o que o Mais Santarém propôs na Assembleia Municipal de Abril de dois mil e catorze, em moção que designámos "Santarém dois mil e trinta – Uma Visão Para o Concelho" e em que se propunha uma verdadeira discussão pública para o seu futuro urbano e não só.-----

--- Seguindo – Por outro lado, as intervenções indicadas, pouco ou nada virão a contribuir para o desenvolvimento integrado da área. Pergunta-se: Onde está pensada a articulação do planalto com os bairros ribeirinhos, onde estão as medidas efetivas e verdadeiramente catalisadoras da renovação do parque habitacional, do desenvolvimento do comércio, das condições para a implementação de unidades hoteleiras, de restauração... de vivência cultural, de transportes públicos, de percursos pedonais ancestrais existentes, de um parque verde urbano, da ligação e vivência com o rio, de controlo e renovação vegetal das encostas e sua consolidação? Onde está prevista a criação de um parque para acolhimento de autocaravanas, proposto pelo MS, que foi aprovado na Assembleia Municipal de Setembro de dois mil e quinze com o consenso de todos os grupos municipais? É que a assembleia foi então informada pelo senhor Presidente da Junta de freguesia da Santarém e pelo senhor Presidente da Câmara, de que a situação já estava a ser estudada e que já teriam até sido visitados alguns locais para a sua instalação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Portanto, o Mais Santarém vota contra este PERU, porque, de um modo geral ele peca por uma incorreta análise na delimitação da área e onde as medidas a implementar pouco, ou mesmo nada irão contribuir para que daqui a quinze anos se venha a sentir uma melhoria e dinâmica catalisadora de inversão deste estado degradante em que toda esta área se encontra.”-----

--- A seguir, o senhor **José Luís Cabrita** referiu que a CDU se iria abster na votação desta proposta, considerando que a discussão pública foi bastante limitada. -----

--- Referiu que apenas um cidadão se pronunciou sobre esta matéria, sendo que das sugestões por ele apresentadas apenas uma foi tida em consideração. -----

--- Depois, o senhor **Gonçalo Martinho do Rosário** considerou que o Município deveria apresentar um cronograma que defina as metas temporais dos objetivos deste programa.

--- Salientou que para o Partido Socialista a reabilitação urbana é a principal prioridade.

--- Seguidamente, o senhor **Vítor Franco** manifestou a sua concordância com as objeções apresentadas pelo munícipe que se pronunciou sobre esta matéria.-----

--- Prosseguiu tecendo algumas considerações sobre a proposta em apreço, considerando que o executivo deveria ter promovido um debate público alargado sobre este assunto de modo a que os munícipes pudessem dar os seus contributos.-----

--- Questionou se este modelo de gestão não está colocado em causa pela transferência de competências na área da reabilitação urbana para a CIMLT. -----

--- Perguntou como é que o executivo irá proceder em relação à isenção da taxa do IMI uma vez que o PAEL não permite a redução destas taxas. -----

--- De seguida, o senhor **Vereador Luís Farinha** começou por referir que a discussão pública efetuada foi aquela que decorre da Lei. -----

--- Esclareceu que as encostas estão a ser tratadas num plano específico que é o PGEES.

--- Informou que o parque para autocaravanas está a ser estudado.-----

--- Quanto à calendarização, disse serem projetos que decorrem de candidaturas pelo que é difícil está a estabelecer prazos para as intervenções.-----

--- Prosseguiu prestando mais alguns esclarecimentos, referindo que o modelo de gestão é um modelo misto, enquanto que a redução do IMI decorre do Estatutos dos Benefícios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

Fiscais, pelo que não há qualquer ilegalidade. -----
Concluiu referindo que a saída da EPC contribuiu também para uma diminuição significativa de pessoas no centro histórico, salientando que o espaço da antiga EPC é uma peça importante para a revitalização da zona histórica. -----
--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Planalto de Santarém e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana Sistemática**, nos termos da alínea c) e r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com quinze votos a favor, dois votos contra e doze abstenções. --
--- O senhor **Armando Rosa** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. -----
--- **PONTO TREZE – PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL REFERENTE A EXPLORAÇÃO DE SUINICULTURA EM NOME DE AGRO-PECUÁRIA VALINHO, SA.** -----
--- Pela Câmara foi presente a Proposta número oito/dois mil e dezasseis: -----
--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e um de março de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”. -----
--- O senhor **Cássio Leitão** referiu que a CDU iria votar contra em face da ausência de estudo de impacto ambiental. -----
--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal referente a exploração de suinicultura em nome de Agro-Pecuária Valinho, SA.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e seis votos a favor, três votos contra e uma abstenção. -----

--- O senhor **Armando Rosa** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O Mais Santarém vota favoravelmente o ponto treze da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. Não o pode nem quer deixar de fazer pois com isso estaria a contribuir para inviabilizar pretensões perfeitamente legítimas de munícipes e também a limitar o desenvolvimento económico do nosso concelho já de si muito fragilizado. E nesse sentido fé--lo com toda a convicção.-----

--- No entanto, não podemos, nem devemos deixar de vincar claramente que estas correções e declarações de interesse municipal só são necessárias e assim aqui apresentadas, dado que o novo Plano Diretor Municipal que há mais de 10 anos deveria vigorar, continua sem previsão da sua publicação.-----

--- É que todos há muito sabemos que os embargos que resultam da aplicação da atual legislação e das cartas em vigor não fazem, na maioria das situações, qualquer sentido e ficarão certamente sanados de imediato com a concretização da alteração do PDM. Isto, é claro, admitindo, como queremos acreditar, que a nova versão resultará na correção dos erros e contradições de que o atual texto enferma.”-----

--- PONTO CATORZE– PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL REFERENTE A REGULARIZAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL EM NOME DE FECALI – PRODUTOS QUÍMICOS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, LDA. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número nove/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de sete de março de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto na alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

votação a **Proposta de Declaração de Interesse Municipal referente a regularização de unidade industrial em nome de FECALI – Produtos Químicos, Industriais e Comerciais, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do ponto quatro do artigo cinco do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e seis votos a favor, três votos contra e uma abstenção.-----

--- O senhor **Armando Rosa** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O Mais Santarém vota favoravelmente o ponto catorze da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. Não o pode nem quer deixar de fazer pois com isso estaria a contribuir para inviabilizar pretensões perfeitamente legítimas de munícipes e também a limitar o desenvolvimento económico do nosso concelho já de si muito fragilizado. E nesse sentido fé--lo com toda a convicção. -----

--- No entanto, não podemos, nem devemos deixar de vincar claramente que estas correções e declarações de interesse municipal só são necessárias e assim aqui apresentadas, dado que o novo Plano Diretor Municipal que há mais de dez anos deveria vigorar, continua sem previsão da sua publicação. -----

--- É que todos há muito sabemos que os embargos que resultam da aplicação da atual legislação e das cartas em vigor não fazem, na maioria das situações, qualquer sentido e ficarão certamente sanados de imediato com a concretização da alteração do PDM. Isto, é claro, admitindo, como queremos acreditar, que a nova versão resultará na correção dos erros e contradições de que o atual texto enferma.”-----

--- **PONTO QUINZE – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI NÚMERO CENTO E CATORZE/XIII (ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (S. SALVADOR), E SANTARÉM (S. NICOLAU), NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM), DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

---Pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, da Assembleia da República, foi presente para emissão de parecer o Projeto de Lei número cento e catorze/XIII (alteração da denominação da União das Freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (S. Salvador), e Santarém (S. Nicolau), no Município de Santarém, para União de Freguesias da Cidade de Santarém), da iniciativa do Partido Social Democrata.-----

--- O senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de Freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador, e S. Nicolau, esclareceu que a apresentação deste projeto de lei prendeu-se com o facto de ter havido eleições para a Assembleia da República. ---

--- A seguir, senhor **José Luís Cabrita** referiu que a CDU mantém a mesma posição relativa ao anterior projeto de lei sobre esta matéria. -----

--- Após apreciação do Projeto de Lei em apreço, a Assembleia Municipal de Santarém **deliberou manter o parecer favorável**, no seguimento do parecer emitido, na sessão da Assembleia realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, em relação ao Projeto de Lei número setecentos e cinquenta e sete/XII. -----

--- **PONTO DEZASSEIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.**-----

--- Pelo senhor **Armando Rosa**, da bancada do Mais Santarém, foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

--- “Os representantes do movimento de cidadãos Mais Santarém, com assento no Conselho Municipal de Segurança, entendem, no âmbito das suas funções e à luz do consignado no regulamento, que o atual regime de funcionamento, da citada entidade municipal, constrange e reduz as competências e as suas ações. -----

--- Assim, e como acordado, por entendemos poder contribuir para o seu cabal funcionamento na prossecução dos seus objetivos e competências, somos a enviar, para análise e ulterior decisão, um memorando referente ao assunto em apreço.-----

--- Considerando: -----

--- Que o Conselho Municipal de Segurança - é uma entidade de âmbito municipal com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são regulados pela Lei número trinta e três/noventa e oito, de dezoito de julho, que visa aprofundar o conhecimento, formular propostas de solução e emitir pareceres relativamente aos problemas de segurança, criminalidade e exclusão social na área do respetivo município. -----

--- Que este diploma, Lei número trinta e três/noventa e oito, de dezoito de julho, foi alterado em vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze pela Lei número cento e seis/dois mil e quinze de vinte e cinco de agosto no diz respeito aos seus objetivos e competências.

--- Que, destarte passam a constituir como objetivos dos conselhos os abaixo consignados no artigo três do citado diploma:-----

--- "Constituem objetivos dos conselhos:-----

--- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem; -----

--- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção; -----

--- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município; -----

--- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social; -----

--- e) Proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica, e tendo em conta os diversos instrumentos nacionais para o seu combate, nomeadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género – dois mil e catorze/dois mil e dezassete, e apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime;-----

--- f) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, tendo em conta a estratégia nacional de segurança rodoviária, formular propostas para a realização de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município." -

E que, compete aos conselhos dar parecer, conforme o artigo quatro mesmo diploma: ---

--- "Competências-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Um – Para a prossecução dos objetivos previstos no artigo três, compete aos conselhos dar parecer sobre: -----

--- a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do município; -----

--- b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município; -----

--- c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município; -----

--- d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos incêndios;

--- e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar; -----

--- f) A situação socioeconómica municipal;-----

--- g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodpendência e à análise da incidência social do tráfico de droga; -----

--- h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;-----

--- i) Os dados relativos a violência doméstica;-----

--- j) Os resultados da sinistralidade rodoviária municipal; -----

--- k) As propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária. -----

--- Dois – Os pareceres referidos no número anterior têm a periodicidade que for definida em regulamento de cada conselho, a aprovar nos termos do artigo seis.

--- Três – Os pareceres referidos no número um são apreciados pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, com conhecimento das autoridades de segurança com competência no território do município."

--- Somos de parecer que para prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências:-----

--- Um – O Regulamento em vigor deve ser, apesar de na prática se constatar já o seu alcance, formalmente atualizado segundo os trâmites consignados na legislação em vigor por forma a cumprirem-se os objetivos e competências nessa consignados, mormente a elaboração de pareceres que contribuam para um ambiente seguro, designadamente através dos seguintes vetores: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

- Adoção de políticas concelhias que promovam a segurança pública, o apoio e a inserção social; -----
- Implementação de estratégias integradas de prevenção da toxicodependência e do alcoolismo, -----
- Estratégias de prevenção e de policiamento de proximidade, de interação das comunidades, de parceria com as instituições públicas e privadas e diferentes atores sociais relevantes; -----
- Redução das oportunidades que propiciem a prática de crimes. -----
- Intervenção sobre os fatores sociais que favorecem a criminalidade. -----
- Informação e proteção das vítimas numa perspetiva reparadora; -----
- Criação e desenvolvimento de instrumentos e infraestruturas adequadas a formas de intervenção. -----
- Reforço e desenvolvimento das infraestruturas e dos meios materiais das forças e serviços de segurança. -----
- Dois – Se devem adotar processos de facilitação, mormente no que toca ao seu regime de funcionamento, onde se estabeleçam as regras mínimas de articulação, bem como a respetiva organização adequando os métodos de trabalho aos objetivos do conselho como:
 - (Um) Localização e formalidade apropriada: -----
 - (a) A localização e organização do espaço devem propiciar a interação entre os participantes e a formalidade deve ser entendida como um fator relevante, como forma de obediência à ordem dos trabalhos, ao comportamento condizente com o ambiente de trabalho desejado e à eficiência que se almeja. -----
 - (Dois) Acesso à informação atempada das matérias em análise: -----
 - (a) O acesso à informação que permita aos conselheiros o estudo e análise de todas as matérias da ordem de trabalhos antes da sua apreciação pelo órgão. Este comportamento otimiza as discussões nas reuniões do Conselho e agiliza o processo decisório, garante a equidade e transparência no relacionamento entre os conselheiros. Facilita a preparação dos seus integrantes para as reuniões pois possibilita a discussão focada e dirigida aos assuntos de caráter estratégico com muito mais fundamentos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- (b) Deve ser dever do presidente do conselho garantir que os conselheiros recebam as informações corretas, no momento oportuno e no formato adequado, para que possam cumprir com suas responsabilidades, estabelecendo para esse feito os processos formais de entrega das informações aos conselheiros. -----

--- (Três) Gestão eficaz do tempo como fator incontornável, que passa essencialmente pelas questões não só da calendarização mas do ritmo a que decorrem as reuniões e tempos de intervenção de cada um dos participantes. -----

--- (Quatro) Constituição de grupos de trabalho interdisciplinares, sem poder decisório, mas tão-somente como instrumentos e ferramentas importantes para análise e estudo de determinadas temáticas cujos consequentes relatórios/pareceres serão objeto de submissão ao Conselho. -----

--- (Cinco) Que os dados referentes à criminalidade participada, comunicados pela PSP e pela GNR, referentes à caracterização do período (de preferência homólogo) abordem: ---

--- (a) Nos ilícitos participados no âmbito da criminalidade geral e no âmbito da criminalidade violenta e grave, as diferentes tipologias de crime, as principais variações e sua distribuição geográfica, no contexto concelhio, onde se verificaram essas ocorrências.

--- (b) O conjunto de ações e exercícios sobre os vários domínios da segurança, dos quais destacamos: -----

--- (i) As ações de prevenção criminal – lei das armas, tráfico e consumo de estupefacientes, operações STOP (direcionadas para a prevenção e fiscalização do cumprimento da legislação rodoviária), fiscalização estabelecimentos comerciais, lícitos ambientais, prevenção e repressão criminal, tráfico de seres humanos, emigração ilegal, entre outras. -----

--- (ii) As ações no âmbito da segurança rodoviária e dos programas especiais (implementados no concelho). -----

--- (c) No âmbito da Investigação criminal o número de detenções, buscas, apreensões, inquéritos iniciados, pendentes e concluídos. -----

--- (d) No âmbito da segurança e ordem pública, o número de policiamentos especiais, a eventos desportivos, a eventos oficiais, religiosos e culturais, a zonas urbanas sensíveis (se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

- as houver no concelho) e a outras ocorrências cuja tipologia se enquadre neste quadro. --
- (e) No âmbito de polícia administrativa as intervenções realizadas nos âmbitos da área do ambiente, da fiscalidade e aduaneira, de diligências e colaboração com os tribunais e autoridades administrativas, de controlo de estrangeiros e outras que se enquadrem neste quadro.” -----
- Foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Neto** que sugeriu que este documento seja enviado ao Conselho Municipal de Segurança para que o possa apreciar e agir em conformidade. -----
- Depois o senhor **José Luís Cabrita** disse comungar das preocupações mencionadas no documento em apreço, referindo que as competências para a elaboração do regulamento são da assembleia municipal. -----
- A seguir, o senhor **Vítor Franco** manifestou a sua concordância com o documento apresentado. -----
- Seguidamente, o senhor **Ramiro Matos** referiu concordar com a sugestão do Partido Socialista, sublinhando que este assunto deverá ser tratado no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, pelo que a bancada do PSD iria votar contra. -----
- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** prestou breves esclarecimentos, clarificando que os serviços jurídicos da Câmara estão a elaborar uma alteração ao regulamento do Conselho Municipal de Segurança com base na nova legislação. -----
- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de Recomendação acima transcrita a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com quinze votos contra, dois votos a favor e onze abstenções. -----
- Pelo senhor **Vítor Franco** foi apresentada a seguinte proposta de deliberação: -----
- “Recomendar à Empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. a instalação de equipamentos de redução de ruído. -----
- Foi notícia na imprensa e assunto de debate em sede de reunião do Executivo Camarário o elevado ruído proveniente da circulação automóvel na Rua O que afeta as pessoas moradoras no Mergulhão e S. Domingos. -----
- As queixas já têm tempo considerável e não tem sido devidamente tomadas em conta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

pela entidade responsável na adoção de medidas protetoras da saúde pública – no que aqui ao ruído diz respeito.-----

--- As Infraestruturas de Portugal, S.A., empresa agora responsável, após a fusão entre a EP e a REFER, que reveste a natureza de empresa pública sob forma de sociedade anónima, deve responder perante a necessidade das pessoas de modo breve.-----

--- Acresce que com o aproximar do verão aumentarão as deslocações pois a rua O serve de ligação entre a A-um e a A-treze / IC-dez com destino ao sul do país.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera solicitar ao Conselho de Administração da empresa Infraestruturas de Portugal esclarecimentos sobre:-----

--- Um – Que medições de níveis de ruído têm sido feitas?-----

--- Dois – Que medidas estão pensadas para diminuir este problema junto das populações afetadas?-----

--- Três – Quais os calendários previstos para a execução dessas medidas?-----

--- Esta deliberação será enviada à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas. -

--- Após a apreciação do assunto em epígrafe, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de deliberação em epígrafe a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.-----

--- Pelo senhor **Vítor Franco** foi apresentada a seguinte Moção de Solidariedade com os ativistas políticos angolanos:-----

--- “O processo contra Luaty Beirão e restantes ativistas angolanos (dezassete no total) foi concluído no dia vinte e oito de março de dois mil e dezasseis. Todos eles tiveram sentenças entre os dois e os oito anos de prisão. Os ativistas foram condenados por terem participado e promovido uma leitura coletiva do livro "Da Ditadura à Democracia". Ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.-----

--- Ilegalmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve de fome para chamar a atenção para a injustiça de que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

estavam a ser vítimas. Luaty Beirão fez a greve de fome mais longa, trinta e seis dias. --- A Amnistia Internacional já se pronunciou publicamente em defesa dos ativistas, alegando que o grupo dos “quinze + dois” estavam “pacificamente reunidos para discutir preocupações de política e governação sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, que está no poder há trinta e seis anos”. Existiu mesmo uma campanha internacional apelando para a defesa da liberdade de expressão e defendendo a libertação dos ativistas. Contudo, o regime político angolano não se inibiu de levar por diante a encenação judicial e concluir com penas de prisão todo um processo que violou recorrente e deliberadamente a própria lei angolana e o direito internacional. -----

--- Assim, a Assembleia da Municipal de Santarém, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, por proposta do Bloco de Esquerda, exprime a sua solidariedade com os ativistas políticos angolanos, repudiando o processo judicial e os atropelos aos direitos humanos e apela à sua libertação.” -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** referiu concordar com a proposta apresentada, no entanto estranha o silêncio do Bloco de Esquerda relativamente a outras questões relacionadas com os direitos humanos. -----

--- De seguida, o senhor **Ramiro Matos** considerou que este tipo de assuntos não cabe dentro do âmbito desta Assembleia pelo que a bancada do PSD se abstém de comentar. -

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Moção acima transcrita a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com dezanove votos contra, seis votos a favor e duas abstenções. -----

--- O senhor **Armando Rosa** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O movimento de cidadãos Mais Santarém, como não podia deixar de ser, concorda com a quase totalidade do conteúdo desta moção. Vários dos nossos membros estão mesmo individualmente envolvidos na defesa ativa dos direitos humanos. -----

--- Na realidade, temos pelo mundo fora, centenas ou mesmo milhares de locais onde os mais elementares direitos humanos são diariamente atropelados. Em regimes não democráticos e mesmo alguns com débeis democracias e outros até em democracias de referência. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017
Sessão de 29 de abril de 2016

--- Mas, tem sido sempre nosso entendimento que uma moção como esta não cabe atos objetivos e âmbito de uma assembleia municipal.-----

--- Por isso e apesar de sermos solidários com todas as injustiças e atropelos dos direitos humanos que correm em todo o Mundo, prosseguimos a nossa postura de principio de nos abstermos em questões que direta ou indiretamente não tenham a ver com o nosso Concelho”.-----

--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção de recomendação ao Governo para que desenvolva esforços para o encerramento da central nuclear de Almaraz:-----

--- “A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em mil novecentos e oitenta e um e mil novecentos e oitenta e três, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados.-----

--- Não obstante, os governos de Madrid têm respondido às autoridades regionais da Extremadura, tal como ao Governo da República Portuguesa, invocando "garantias de segurança". Assim foi de novo agora, como informou no Parlamento o primeiro-ministro António Costa.-----

--- Em maio de dois mil e quinze, era noticiado o desleixo na vigilância contra incêndios na central nuclear. Pouco depois, no verão, a Greenpeace divulgava um estudo europeu sobre a aplicação dos mínimos de segurança estabelecidos depois do acidente de Fukushima, no Japão, em dois mil e onze.-----

--- Para a organização, "Almaraz não é segura e não se deveria permitir a manutenção da sua atividade".-----

--- Há apenas dois meses, cinco inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol vieram a público quebrar o silêncio. Depois da última vistoria à central nuclear, motivada por repetidas avarias nos motores das bombas de água, ficou claro que o sistema de refrigeração não dá garantias suficientes e que, dizem os técnicos, coloca sério risco de segurança.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Almaraz é apresentada pela Greenpeace como um caso extremo. A central não cumpre pontos essenciais: não tem válvulas de segurança e sistemas de ventilação filtrada para prevenir uma explosão de hidrogénio como a que ocorreu em Fukushima; não tem dispositivo eficaz para contenção da radioatividade em caso de acidente grave; não tem avaliação de riscos naturais; não está sequer prevista a implantação de um escape alternativo para calor.-----

--- Depois do relato dos inspetores, já se registou em fevereiro nova avaria e um incêndio. A contestação à energia nuclear e em especial às centrais mais antigas alastra pela Europa. Um conjunto de municípios alemães, luxemburgueses e holandeses (Dusseldorf, Colónia, Maastricht e Cidade do Luxemburgo, entre outras) acabam de abrir um processo no Tribunal Europeu de Justiça pelo encerramento de dois reatores nucleares com 40 anos situados na Bélgica.-----

--- As consequências de um acidente nuclear grave são enormes, com implicações na vida e na saúde de gerações, com contaminação em larga escala, pelo ar e pelo Tejo, podendo levar a um êxodo de populações. -----

--- A segurança das populações, fronteiriças e não só, vale mais do que os lucros dos acionistas da central (Endesa, Iberdrola e União Fenosa). O argumento de que a energia nuclear é barata apenas se sustenta pela imputação à sociedade dos gravíssimos custos de uma catástrofe. -----

--- O perigo representado pela central nuclear de Almaraz não pode ser ignorado nem negligenciado. É necessário que o Governo Português desenvolva todos os esforços junto das entidades espanholas no sentido de garantir o encerramento da central. O encerramento de Almaraz não é só a exigência das populações ameaçadas. É o único objetivo responsável para um governo português. -----

--- Recentemente, Naoto Kan - primeiro-ministro japonês aquando do acidente de Fukushima - defendeu o encerramento de “todas as centrais nucleares”. Cinco anos após a tragédia, reconheceu que, antes do acidente, não concebeu que o Japão pudesse passar por semelhante cenário. Estas declarações demonstram que a prevenção é a única política sensata. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 18/2013-2017

Sessão de 29 de abril de 2016

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera recomendar ao Governo para que tome todas as iniciativas necessárias junto do Estado Espanhol e das instituições europeias para o encerramento da central nuclear de Almaraz.-----

--- A presente deliberação é enviada a todos os grupos parlamentares.”-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Moção acima transcrita a votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com dezasseis votos contra, onze votos a favor e zero abstenções. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram zero horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----